



Convergências e divergências do processo de gramatização nas línguas portuguesa e espanhola

Convergences and divergences of the grammatization process in Portuguese and Spanish

Leandro Silveira de Araujo

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais / Brasil

araujoleandrosilveira@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-8518-1266>

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a elaboração de gramáticas para as línguas portuguesa e espanhola, descrevendo aspectos textuais e extratextuais que caracterizam esse processo nas respectivas tradições linguísticas e comparando-as, a fim de encontrar pontos de convergências e divergência. Para tanto, a partir da consulta ao acervo físico e eletrônico de diferentes centros de pesquisa, foi possível a construção de um *corpus* bibliográfico que permitiu o cumprimento do objetivo do estudo a partir da análise de 172 gramáticas de língua portuguesa e 138 da língua espanhola, distribuídas desde o século XV. Como resultado, foi possível observar que ambas as tradições de codificação trazem compatibilidades históricas que resultaram em um processo de normalização linguística em que muitas características convergem, ao passo que outras divergem. Convergem, por exemplo, na intensificação desse processo a partir do século XIX, marcando um movimento de constante crescimento. Divergem, por outro lado, na quantidade de países engajados no processo e na relação da gramática escolar com o modelo descritivo, por exemplo.

Palavras-chave: gramática; norma linguística; historiografia da linguística; língua portuguesa; língua espanhola.

Abstract: This paper aims to analyze the elaboration of grammars for the Portuguese and Spanish languages, describing textual and extratextual aspects that characterize this process in the respective linguistic traditions and comparing them in order to find points of convergence and divergence. For that purpose, by consulting the physical and electronic collections of different research centers, it was possible to build a bibliographic *corpus* which allowed the fulfillment of the study's objective based on

the analysis of 172 Portuguese and 138 Spanish grammars distributed since the 15th century. As a result, it was possible to observe that both codification traditions bring historical compatibilities which resulted in a process of linguistic normalization in which many features converge, while others diverge. They converge, for instance, in the intensification of this process from the 19th century onwards, marking a movement of constant growth. They diverge, on the other hand, in the number of countries engaged in the process and in the relation of school grammar to the descriptive model, for instance.

Keywords: grammar; linguistic norm; historiography of linguistics; Portuguese; Spanish.

Recebido em 21 de maio de 2021

Aceito em 05 de julho de 2021

1 Introdução: delineando o conceito de gramatização

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de elaboração de gramáticas para as línguas portuguesa e espanhola, descrevendo aspectos textuais e extratextuais que caracterizam esse processo nas respectivas tradições linguísticas e comparando-as a fim de encontrar pontos de convergências e divergências na gramaticografia hispânica e lusófona. Para tanto, a partir da consulta ao acervo físico e eletrônico de diferentes centros de pesquisa, foi possível a construção de um *corpus* bibliográfico que permitiu o cumprimento do objetivo do estudo. Contudo, antes de se estender na discussão sobre a apresentação e justificativa dos aspectos metodológicos que caracterizam esta abordagem, é importante refletir sobre o que se entende por gramática, gramatização e outros termos correlatos.

O processo de descrever e instrumentar uma língua compoendo seu saber metalinguístico foi denominado por Aurox (2014) de *gramatização*, e encontra sua materialidade em dois pilares: a gramática e o dicionário. Segundo o autor, apesar da função fundamentalmente pedagógica que a gramática nas línguas românicas assume – destinada aos que ainda não dominam uma variedade de prestígio da língua ou desejam aprender uma língua estrangeira –, as primeiras análises gramaticais surgem da necessidade filológica de compreender um texto. Pois, “em tempos remotos, nunca se teve espontaneamente a ideia de fazer uma *gramática* – um corpo de regras explicando como construir palavras,

mesmo que sob a forma implícita de paradigmas – para aprender a falar” (AUROUX, 2014, p. 27).

Foram os acontecimentos históricos de grande impacto nas civilizações antigas que promoveram a necessidade de registrar as línguas com fins pedagógicos, alterando, desse modo, a função primária da gramática. Para Auroux (2014), muitos são os fatores que estiveram envolvidos nesse processo, dos quais se destacam:

- i. o acesso a uma língua de administração;
- ii. o acesso a um *corpus* de textos sagrados;
- iii. o acesso a uma língua de cultura;
- iv. as relações comerciais e políticas;
- v. o desenvolvimento de uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

Observado, por seu turno, o uso do termo gramática, Antunes (2007) identifica 5 diferentes valores atribuídos à palavra:

- Gramática 1: conjunto de regras que definem o funcionamento de uma língua.
- Gramática 2: conjunto de normas que regulam o uso da norma culta.
- Gramática 3: uma perspectiva de estudo dos fatos da linguagem.
- Gramática 4: uma disciplina de estudo.
- Gramática 5: um compêndio descritivo-normativo sobre a língua.

Desse modo, a primeira acepção faz referência à ideia de “gramática” como sistema linguístico, isto é, o conhecimento de uso da língua, adquirido por capacidades biossociais, que resulta da estruturação de regras de funcionamento de um idioma. Por sua vez, na concepção 2, o termo faz referência apenas aos usos considerados aceitáveis na ótica da língua socialmente prestigiada, isto é, a norma culta ou variedade de prestígio. A definição 3, por conseguinte, refere-se às abordagens científicas desenvolvidas pela linguística, as quais procedem ao estudo da linguagem sob diferentes perspectivas, algumas “mais centradas na língua como sistema em potencial, como conjunto de signos” e outras “voltadas para os usos reais que os interlocutores fazem da língua, nas diferentes situações sociais de interação verbal” (ANTUNES, 2007,

p. 31). Nessa concepção, inserem-se o gerativismo (gramática gerativa), o estruturalismo, o funcionalismo etc. A quarta aceção refere-se à disciplina escolar conhecida como “língua portuguesa”, em que a velha norma-padrão é apresentada e, quando muito, confrontada.

Por fim, a quinta conceituação é a que mais interessa ao escopo deste estudo, pois está relacionada à gramática como suporte que dá espaço à descrição da língua. Portanto, enquanto um tipo de “gênero do discurso”, a gramática poderá assumir objetivos e características estruturais específicos e trará sempre limitações, já que não é possível expor em um documento textual toda a dinâmica e complexidade das línguas.

Nessa mesma direção, Lagares (2018) salienta que o labor gramatical implica necessariamente a redução da linguagem, pois, em sua ação, o gramático escolhe determinados usos e os homologa em detrimento de outros, excluídos da descrição. Por tanto, essa escolha confere à gramática uma posição frente a língua, ou seja, “as gramáticas nunca são neutras, inocentes; nunca são apolíticas” (LAGARES, 2018, p. 182), o que significa que a escolha de uma gramática ou a proposição da escrita de um compêndio envolverá sempre a escolha de “uma determinada visão de língua” (ANTUNES, 2007, p. 33).

Naturalmente, o momento histórico em que as gramáticas são constituídas definem, de algum modo, muito dos aspectos e concepção de língua apresentados, posto que, como gênero do discurso, estará marcada pelo lugar de circulação e público alvo (escola, academia, editoras, espaço jurídico etc.), momento de concepção (período colonial, consolidação da linguística e suas diferentes correntes teóricas etc.), autoria (linguista, não linguista etc.), entre outros fatores que este estudo pretende observar de alguma maneira.

Tanto o processo de gramatização como seu fruto, a gramática, ocorrem num contexto de tentativa de planificação linguística conhecido como “standardização” que, nos termos de Haugen (1959, p. 08) consiste na atividade de preparar uma ortografia, gramática e dicionário para orientação dos escritores e falantes em uma comunidade de fala.

Conforme explica Amorós Negre (2008), os primeiros gramáticos da antiguidade assentaram as bases da tarefa codificadora no conceito da norma de bom uso, inspirados nos preceitos da língua literária. Este modelo greco-latino foi seguido pelos gramáticos do Renascimento com a tentativa de dotar as línguas vernáculas com a “dignidade” e “prestígio” que caracterizavam as línguas clássicas. Apenas no século XIX, a partir

do Círculo Linguístico de Praga e seus seguidores, é que se começa a desenvolver uma reflexão científica sobre a contribuição da linguística para esse processo de intervenção humana consciente sobre a língua.

Analisando a contribuição do Círculo de Praga para o desenvolvimento de uma Teoria da Língua Estândar, Monteagudo (1994) explica que os linguistas do Círculo distinguiram o conceito de “norma objetiva”, isto é, que é deduzida do uso real da língua, do conceito de “codificação” normativa. Desse modo, passou-se a entender a “norma estândar” como o “conjunto de regras que tem existência objetiva e provem da compreensão mútua de uma coletividade, que a percebe e aceita como obrigatória no uso coletivo dos locutores” (MONTEAGUDO, 1994, p. 144). Por outro lado, a “codificação” foi tomada como o “registro e regularização da norma nos manuais, gramáticas, dicionários etc., por uma autoridade reconhecida, e que ajuda a unificar e estabilizar a norma que geralmente está submetida a oscilações” (MONTEAGUDO, 1994, p. 145).

Entende-se, portanto, que a “norma” está continuamente em construção e sujeita à mudança, enquanto a “codificação” é mais estável, apenas sofrendo intervenções com intervalo de tempo e com certo atraso. Por conseguinte, a codificação pode ou não refletir bem a norma vigente.

A fim de contribuir para a qualidade da codificação, o Círculo de Praga ressaltou a importância de os linguistas não limitarem sua atividade à descrição das normas objetivas, mas também participarem do processo de codificação. Através de uma intervenção com critérios teórico-metodológico científicos, os linguistas possibilitariam uma aproximação mais adequada da codificação e da norma.

Evidentemente, este trabalho volta-se à observação do processo da codificação da norma em gramáticas e parte dos dados apresentados ajuda a avaliar a participação da linguística na codificação das línguas portuguesa e espanhola. No entanto, antes de apresentar e discutir os dados dessas tradições de standardização, serão discutidos alguns critérios metodológicos deste trabalho.

2 Delimitações metodológicas para o estudo da gramatização

A metodologia adotada no presente estudo foi de cunho qualitativo exploratório, assumindo como procedimento de análise uma pesquisa documental, que compreende gramaticais voltadas à descrição e ao ensino das línguas portuguesa e espanhola.

Para construir os *corpora* de gramáticas submetidos à análise, foi feita uma busca em sites de acervo bibliotecário de centros de pesquisa nacionais e estrangeiros. Para a compilação do *corpus* de dados da língua portuguesa, foram consultados os acervos de nove bibliotecas universitárias do Brasil (UFU, UNICAMP, UNESP, USP, UFRJ, UFMG, UFBA, UNB, UFSC) e outras duas grandes bibliotecas do Rio de Janeiro (Real Gabinete Português e Biblioteca Nacional Brasileira). Em Portugal, foram investigados os acervos das Universidades de Lisboa e Coimbra, além da Biblioteca Nacional de Portugal. Em Moçambique, foram analisados os acervos da Universidade Eduardo Mondlane e da Biblioteca Nacional. Em Angola, planejou-se inicialmente a consulta ao acervo da Universidade Agostinho Neto, maior centro universitário do país. Contudo, a instituição não conta com um acervo *online* de fácil acesso remoto, de modo que as atenções se voltaram para a Universidade Jean Piaget, onde os resultados encontrados foram muito discretos. Ao todo, foram consultadas dezessete bibliotecas com acesso remoto às informações bibliográficas do acervo. Além dessas bases de dados, outras plataformas *online* foram consultadas, a fim de se levantar o máximo possível de material, como é o caso do *books.google.com*, *achirve.org*, *hathitrust.org*, etc. Em todas as buscas aos acervos, usaram-se as palavras-chave: “manual”, “gramática”, “compêndio”, “língua”, “portuguesa”, “português”, “norma”. Ao todo, foram catalogadas 172 publicações sobre a língua portuguesa.

Quanto ao *corpus* de dados da língua espanhola, foram consultados os acervos de bibliotecas universitárias do Brasil (UFU, UNESP, UNICAMP, USP) e de outros centros estrangeiros de referência na pesquisa sobre a língua espanhola, a saber: duas universidades espanholas (*Universidad Complutense de Madrid* e *Universidad Autónoma de Madrid*), uma universidade mexicana (*Universidad Nacional de México*) e o prestigiado centro de pesquisa colombiano: *Instituto Caro y Cuervo*. Nessa consulta, as palavras-chave utilizadas foram: “*gramática*”, “*lengua española*”, “*lengua castellana*”, “*español*” e “*castellano*”. Além disso, somaram-se ao *corpus* compilado contribuições do acervo pessoal de pesquisadores residentes no Brasil e as plataformas *online*: *books.google.com*, *achirve.org*, *hathitrust.org*. Ao todo, foram catalogadas 138 publicações.

O material encontrado foi compilado em uma planilha em que se registraram as especificações textuais e extratextuais do conteúdo. Assim,

conforme representa, em parte, a Figura 1, essa tabela foi dividida em doze seções (i. código do item, ii. nome do autor, iii. origem do autor, iv. nome da gramática, v. páginas totais, vi. ano da primeira publicação, vii. ano da edição consultada, viii. cidade de publicação, ix. editora, x. acessibilidade ao texto, xi. tipo de gramática, xii. gênero/sexo do autor).¹

FIGURA 1 – Da disposição dos dados

| Código | Autor | Origem (país) | Gramática (nome) | Páginas (total) | Ano de publicação (1ª edição) | Ano edição (consultado) | Cidade (publicação) | Editora | Acesso |
|--------|-------------------------------------|---------------|--|-----------------|-------------------------------|-------------------------|---------------------|----------------------------|---------|
| GLP001 | Maria Helena de Moura Neves | Brasil | Gramática de usos do português | 1008 | 2000 | 2011 [2 ed.] | São Paulo | Ed. UNESP | Total |
| GLP002 | Ataliba Teixeira de Castilho, et al | Brasil | Gramática do Português falado (Vol. 8) | 3913 | 1991 | (2003) [2 ed.] | São Paulo | Ed. UNICAMP | Parcial |
| GLP003 | Marcos Bagno | Brasil | Gramática pedagógica do português brasileiro | 1053 | 2011 | 2011 | São Paulo | Parábola | Total |
| GLP004 | Evanildo Bechara | Brasil | Moderna gramática portuguesa | 575 | 1961 | 2009 [37 ed.] | Rio de Janeiro | Companhia Editora Nacional | Total |
| GLP005 | Mário Alberto Perini | Brasil | Gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa | 254 | 1975 | 1975 [1 ed.] | Belo Horizonte | Vigília | Nulo |
| GLP006 | Mário Alberto Perini | Brasil | Gramática descritiva do português | 388 | 1995 | 2005 [4 ed.] | São Paulo | Ática | Total |
| GLP007 | Ataliba Teixeira de Castilho | Brasil | Nova gramática do português brasileiro | 768 | 2010 | 2012 | São Paulo | Contexto | Total |

Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

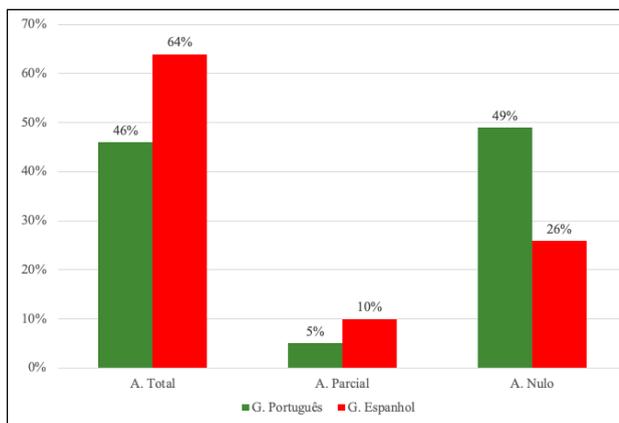
Concluída a busca e a identificação desses materiais nos respectivos acervos eletrônicos, iniciou-se a procura pelas versões impressas ou digitalizadas desses manuais a fim de garantir a acessibilidade ao texto. Esse objetivo se deu com o fim de se alcançar uma análise mais consistente, além de permitir a composição de um *corpus* para futuros estudos sobre a gramatização das duas línguas. Considerando a acessibilidade ao texto, os itens compilados foram divididos em:

¹ Os *corpora* compilados resultam do projeto de pesquisa “Norma da língua e normas para a língua: estudos contrastivos sobre comportamentos linguísticos e metalinguísticos em línguas românicas” (UFU/ DIRPE/PSFE nº 0080/2017). Não recebeu o devido tratamento para disponibilização ofícial, contudo pode ser consultado mediante contato com o líder do projeto de pesquisa e autor deste trabalho.

- Acesso total: manual ao que se conseguiu o acesso completo, seja eletrônico ou fisicamente.
- Acesso parcial: manual ao que se conseguiu apenas acesso a partes, seja de um capítulo ou do sumário.
- Acesso nulo: manual ao que não se conseguiu qualquer acesso.

Conforme apresenta o Gráfico 1, do total de itens encontrados e registrados, teve-se, nos dados da língua portuguesa, acesso ‘total’ a 78 das 172 gramáticas (46%). O acesso ‘parcial’ correspondeu a 9 (5%) e o acesso ‘nulo’ correspondeu a 85 das 172 gramáticas (49%). Nos dados da língua espanhola, o acesso total correspondeu a 88 das 138 gramáticas (64%). O acesso ‘parcial’ correspondeu a 14 (10%) e o acesso ‘nulo’ correspondeu a 36 das 138 gramáticas (26%).

GRÁFICO 1 – Acesso ao material



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

Em outros termos, o acesso ao texto (em sua totalidade ou parcialidade) foi apenas possível em pouco mais da metade das obras encontradas (87 obras/51%) na gramatização da língua portuguesa. Na tradição hispânica, por sua vez, o acesso ao texto (em sua totalidade ou parcialidade) foi possível na maior parte do material compilado (102 obras/74%). Esse material poderá servir de apoio e de embasamento para futuros estudos que se atentem a outras questões de gramatização, contribuindo, por exemplo, para os estudos de Estandarização, de Historiografia da Linguística e de Ensino de Português e Espanhol.

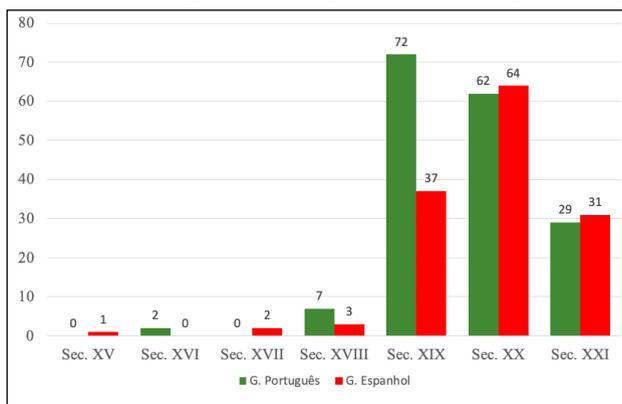
3 A gramatização das línguas portuguesa e espanhola: convergências e divergências

Conforme visto na Figura 1, os dados levantados ao longo desta pesquisa foram agrupados segundo os diferentes fatores controlados, gerando subsídio relevante para o conhecimento da história e da formação da codificação em gramáticas das línguas portuguesa e espanhola. Desse modo, se analisam nos próximos parágrafos os pontos mais relevantes para o objetivo deste estudo, estabelecendo cruzamentos entre os fatores sempre que necessário para se obter informação mais refinada e relevante para o estudo da gramatização das duas línguas.

3.1 O fator temporal

Dos fatores controlados e analisados, certamente o tempo (ano de publicação) é o que mais tem a revelar, especialmente com base no cruzamento com outros fatores – como se fará ao longo desta discussão.

GRÁFICO 2 – Da produção de gramáticas ao longo do tempo



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

Conforme sintetiza o Gráfico 2, nota-se que o início tímido da produção gramaticográfica da língua portuguesa parece se estender até o século XVIII – com 5% do total de dados encontrados. Assim, o surgimento da gramática na língua portuguesa ocorre no século XVI, marcada por apenas duas publicações encontradas: a primeira, de Fernão

Oliveira, publicada em 1536, e a segunda, de João de Barros, publicada em 1540. A busca não encontrou nenhum material referente ao século XVII² e apenas 07 gramáticas identificadas como pertencentes ao século XVIII.

É, contudo, a partir do século XIX, paralelamente ao despontamento dos estudos linguísticos e da intensificação do processo de colonização do Brasil,³ que se encontra o grande salto na produção de gramáticas em língua portuguesa (42% dos dados) – comportamento que se manteve relativamente intenso também no século XX (36% dos dados). Na mesma direção, os anos iniciais do século XXI apontam uma tendência de maior incremento, posto que, em apenas duas décadas, já apresenta quase metade da produção verificada nos dois séculos anteriores (17% dos dados).

Por sua vez, a análise cronológica da produção de gramáticas da língua espanhola (Gráfico 2) permite observar um parâmetro de crescimento muito parecido ao da língua portuguesa, isto é, com uma produção muito discreta entre o século XV e XVII (5% dos dados coletados) e um crescimento acentuado a partir do século XIX (com 27% das obras compiladas). Específico ao espanhol, contudo, é o crescimento especialmente intensificado no século XX, em que se observam 46% da produção compilada. Considerando que apenas passaram as duas primeiras décadas do século XXI, a gramatização do espanhol parece seguir latente neste século, posto que os dados representam 22% dos dados coletados.

Esse resultado sobre a gramatização do espanhol dialoga diretamente com o que defende Calero Vaquera (2016), pois, segundo a autora, no século XIX é grande a produção de gramáticas – principalmente didáticas – no território espanhol e em outros países hispânicos, como na Argentina. Ainda segundo Calero Vaquera (2016), dado crescimento é influenciado pela difusão da forte produção francesa de gramáticas na mesma época. Além disso, tem-se no século XX uma significativa

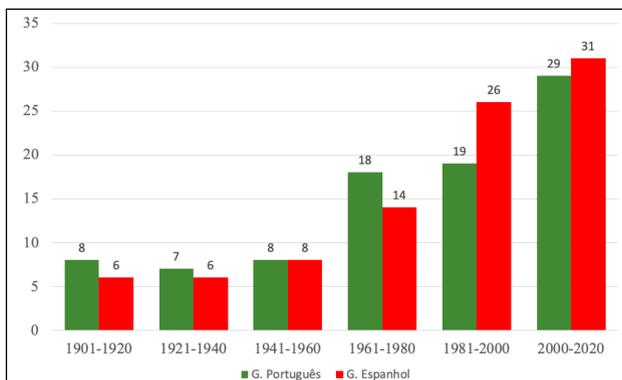
² Apesar de se identificar o trabalho de Amaro de Roboredo (VOLPE, 2016), observou-se que estava mais voltado à língua latina ou à proposição de uma gramática universal, pelo que não se considerou neste estudo.

³ Marcado principalmente pela mudança da Coroa Portuguesa para a colônia brasileira. Consequentemente, promoveu-se um desenvolvimento social, econômico e tecnológico no Brasil, que estimulou, entre outros, a produção e reprodução de gramáticas no país.

mudança e aprofundamento nos estudos linguísticos em todo o mundo, com novas vertentes e áreas de estudo surgindo e ganhando força.

Esse movimento ascendente na produção de gramáticas em ambas as línguas fica ainda mais evidente se analisadas mais atentamente as gramáticas publicadas durante o século XX (1901-2000). Ao fragmentar o período em grupos de duas décadas e compará-lo às duas décadas do século XXI, é possível verificar um aumento da produção de gramáticas à medida que se caminha para o final do século, sendo, portanto, o período entre 1981 e 2000 o que apresentou maior número de gramáticas publicadas – crescimento mantido nas duas décadas iniciais do século XXI, conforme explicita o Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – Do número de gramáticas publicadas ao longo do século XX e XXI



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

Esse cotejamento temporal permite colocar as comunidades lusófonas e hispanófonas em aproximação na tendência de produção de gramáticas, parecendo haver uma demanda social compartilhada pelo processo de promover e/ou rever a estandardização das duas línguas.

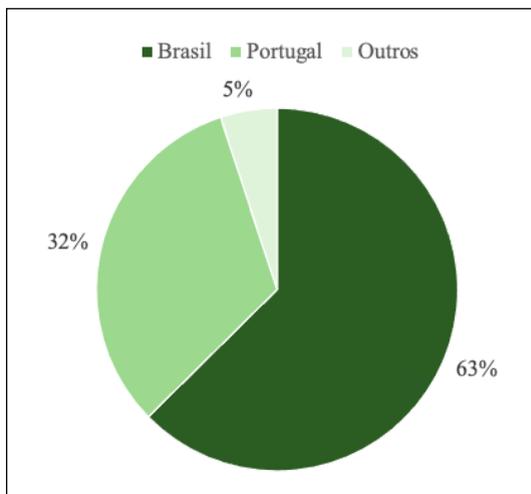
3.2 O fator espacial

O estudo do fator espacial torna-se especialmente relevante ao se considerar a amplitude das comunidades lusófonas e hispanófonas. De um lado, a lusofonia é composta por nove países que juntos somam quase 250 milhões de falantes, por outro, a hispanofonia oficialmente se distribui entre 21 países e soma mais de 500 milhões de falantes nativos no

mundo. Em comum, ambas as comunidades possuem países espalhados pela América, Europa, África e Ásia.

Tendo em vista essa dimensão, naturalmente a gramatização dessas línguas não pode estar centralizada em apenas um país de cada comunidade linguística. Mesmo encontrando alguns países com participação mais intensa na produção de gramáticas, este estudo permitiu identificar laços com outras nações. Assim, no que se refere ao espaço em que se desenvolveu a gramatização das línguas portuguesa e espanhola, dois fatores contribuem para esta análise: (i) a origem do autor e (ii) a cidade de publicação do material. Tendo em vista que a obtenção dessas informações não depende necessariamente do acesso integral ao texto, foi possível encontrar esses dados em todas as gramáticas da língua portuguesa e em quase todas as gramáticas da língua espanhola – faltando apenas os dados de quatro manuais.

GRÁFICO 4 – Da nacionalidade de origem dos autores das gramáticas de língua portuguesa



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

Atendo-se ao fator “origem do autor” das produções voltadas à língua portuguesa, o Gráfico 4 revela que, em porcentagem, a distribuição dos materiais compilados em relação à origem da autoria se dá da seguinte forma:

- Brasil destaca-se com a maior representação de gramáticos por deter a autoria de 63% (106 de 172) do total, o que coloca o país como o principal contribuidor em termos quantitativos para a tradição gramaticográfica da língua portuguesa.
- Portugal aparece em segundo lugar com 32% (55 de 172) do total de gramáticas compiladas, colocando o país em lugar de destaque – especialmente respeitando as dimensões geossociais do Brasil e Portugal.

Vale destacar duas parcerias feitas entre autores brasileiros e portugueses que não foram consideradas no Gráfico 4, trata-se da *Nova gramática do português contemporâneo* (1985) – de Celso Ferreira da Cunha e Lindley Cintra – e da *Gramática da língua portuguesa* (1995) – de Mário Vilela e Ingedore Koch.

Em outros termos, juntos, autores do Brasil e de Portugal se responsabilizam pela produção de 95% (163 de 172) dos itens compilados, o que coloca as duas nações em lugar de referência na produção da norma gramatical lusófona. Por outro lado, salienta-se a demanda urgente se inserir os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) na tradição de codificação desta língua, posto que nenhuma gramática de autoria angolana foi encontrada na busca pelos acervos e apenas um material teve autoria moçambicana: a *Gramática portuguesa*, de José Maria Relvas, publicada em 1927 pela editora Livraria Leiria, em Maputo.

Considerando aquelas publicações cujos autores são procedentes de países não lusófonos, foram encontradas oito gramáticas (4,5%), das quais seis tiveram autoria de origem espanhola e duas da tradição francófona. Vale destacar que cinco das gramáticas de origem espanhola são voltadas ao ensino de português como língua estrangeira – todas do século XXI –, e as demais (espanhola, francesa e suíça) a uma descrição tradicional mais geral e menos aplicada – ressalta-se entre elas a *Nova grammatica analytica da lingua portuguesa*, do suíço Charles Adrien Olivier Grivet, publicada em 1881, no Rio de Janeiro.

Finalmente, o local de edição das obras compiladas foi outro fator controlado e pertinente para conhecer a dimensão espacial da normatização em língua portuguesa. Já se sabe que o maior mercado editorial é brasileiro, posto que das 172 gramáticas, 108 foram publicadas no Brasil. Destacam-se São Paulo e Rio de Janeiro como as cidades com maior número de edições, 45 e 38, respectivamente. No Nordeste,

São Luís do Maranhão destaca-se com 8 publicações, todas ocorridas no século XIX e no início do século XX. De Portugal, encontram-se 52 registros, com destaque a Lisboa, com 25 deles, Porto e Coimbra, com 14 e 11 edições, respectivamente. Outras cidades nesses e outros países (Maputo, Paris, Madri, Barcelona) também apresentam publicações, porém com quantidade menos expressiva.

Voltando-se ao fator “origem geográfica” das produções relativas à língua espanhola, a origem da autoria de apenas quatro gramáticas não foi identificada. A análise desse grupo se deu em dois momentos: (i) manuais que apresentaram o nome de apenas um país na categoria “Origem do autor” e (ii) manuais que apresentaram dois ou mais países nessa categoria – nesses casos, o local de nascimento não é o mesmo do lugar onde o autor passou maior parte de sua vida e produção bibliográfica.

Considerando o grupo total de gramáticas submetidas à análise da origem da autoria (134 itens), 118 apresentaram referência a apenas um país por autor. Dentro desse grupo, foram mencionados ao todo catorze países,⁴ sendo Espanha, Argentina e México os três países mais incidentes – respectivamente, com 87, sete e quatro registros. Importante salientar que a autoria por falantes espanhóis corresponde a 74% de todos os dados dentro da categoria “autoria única de origem espanhola”.

Diante dessa informação, torna-se inquestionável o papel que a Espanha adquiriu na função de descrever a língua espanhola e inclusive desenvolver políticas linguísticas, como a produção de gramáticas. Paralelamente, é ainda pertinente destacar o número de gramáticas produzidas por autores estadunidenses (quatro obras compiladas), pois, apesar de muito menor que a produção espanhola, ainda se destaca frente a outros países, que têm o espanhol como língua oficial. Em outros termos, parece que a produção de manuais por norte-americanos pode ser um indício que evidencia a importância do castelhano para esse povo – que como sabemos, mantém intenso contato linguístico com o idioma.

Outras 16 gramáticas correspondem à parcela de manuais cujos autores estão relacionados a mais de um país, isto é, têm nacionalidade de um país, mas a produção escrita mais expressiva se deu em outro. Nesse grupo, registra-se a ocorrência de quinze países diferentes, entre os quais

⁴ Os catorze países foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Dinamarca, Estados Unidos, Espanha, França, Itália, México, Porto Rico, Uruguai, Venezuela.

se destacam em produtividade: Espanha e Argentina. Ao comparar os resultados das duas análises supracitadas (uma ou mais nacionalidade), observou-se que os dois países mais incidentes seguem sendo Espanha e Argentina.

Dirigindo a análise ao fator que controlou o “local de publicação” das gramáticas da língua castelhana, novamente se observou grande expressividade da Espanha (94 itens). Dentre as seis cidades com maior ocorrência, três são cidades espanholas. Madri é a primeira com quase metade dos dados, isto é, 68 das 138 obras (49%) compiladas, Barcelona vem em segundo lugar com onze publicações e, mais distante, Salamanca apresenta 03 itens. Essas três primeiras cidades representam juntas quase 60% do total das gramáticas consultadas – a esse número, ainda se pode somar as outras cidades espanholas que aparecem com uma ou duas publicações (Alcoi, Alicante, Astorga, Ávila, Bilbao, Granada, León, Pamplona, Santander, Valencia, Valladolid), totalizando 94 produções editadas na Espanha (68%).

Entre as cidades hispano-americanas, destacam-se a Buenos Aires, com sete obras, e a Cidade do México, com 3. Desse modo, a capital argentina apresenta-se como o terceiro maior centro editorial (5%) no acervo tomado como base. No total, outras doze cidades hispano-americanas aparecem dentro do fator “local de edição” e representam juntas 20% (27 itens) dos dados compilados. Merece destaque também o papel que Estados Unidos e Brasil ocupam nesse mercado editorial, com respectivamente seis e quatro gramáticas cada um.

A comparação da informação espacial nas comunidades linguísticas lusófonas e hispanófonas revela, em comum, a existência de centros normalizadores mais fortes em ambas as tradições. Se na codificação da língua portuguesa, os maiores centros urbanos do Brasil (SP e RJ) e Portugal (Lisboa e Porto) atuam na standardização da língua, na codificação da língua espanhola observa-se um notório papel dos principais centros urbanos da Espanha (principalmente de Madri), seguido de longe de uma discreta participação pulverizada entre os principais centros urbanos na América Latina (Argentina, México, Chile, Venezuela etc.), com especial destaque para Buenos Aires.

Nesse sentido, parece que converge às duas tradições normatizadoras a necessidade de incluir efetivamente novos pares nesse processo de gramatização. Do lado lusófono, os PALOP e as regiões periféricas do Brasil e de Portugal precisam unir-se à tradição

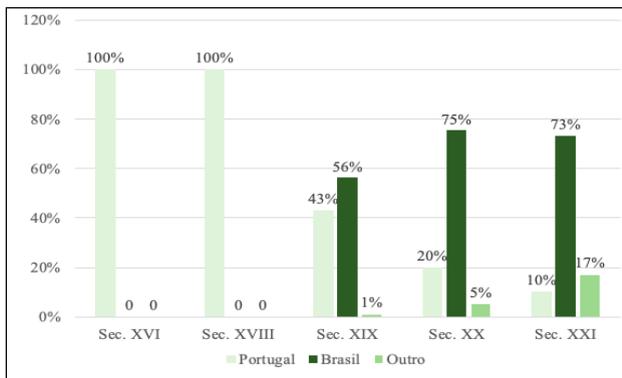
gramaticográfica. Do lado hispânico, sente-se a falta de uma incorporação robusta das normas linguísticas que circulam pelas variedades americanas e pelas zonas periféricas da Espanha.

3.3 A relação entre o tempo e o espaço

O cruzamento dos dados referentes à origem do autor com o ano de publicação das obras coloca em evidência que, ao menos no *corpus* compilado, Portugal e Espanha detiveram completo domínio sobre a produção gramatical das línguas portuguesa e espanhola, respectivamente, até o início do século XIX, quando surgem as primeiras gramáticas escritas por latino-americanos.

Observando especificamente a produção de gramáticas da língua portuguesa, sabe-se que, apesar de em 1806 ser publicada em Portugal o *Epítome da grammatica da lingua portugueza*, do filólogo brasileiro António de Moraes Silva, é apenas em 1816 que se publica a primeira gramática no Brasil, tratando-se da *Arte de Grammatica Portugueza*, de Ignacio Felizardo Fortes.

GRÁFICO 5 – Da relação espaço e tempo na gramatização do português



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

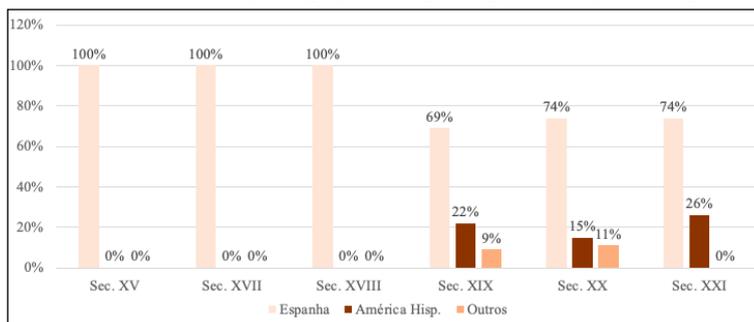
Ao analisar o crescimento da participação de autores brasileiros na gramaticografia da língua portuguesa ao longo do tempo, identifica-se, no Gráfico 5, que já no século XIX foi possível encontrar um maior volume de publicações brasileiras. Esse comportamento se manteve até os dias atuais, com incremento no percentual de diferença (*range*) entre

as autorias portuguesas e brasileiras, inicialmente limitada a 13% (no séc. XIX) e terminando em 63%, nas primeiras décadas do século XXI. Esses números evidenciam o potencial brasileiro na atuação no processo de normatização e descrição da língua portuguesa desde o século XIX.

Observa-se também o crescimento de publicações cuja autoria pertence a países não lusófonos. No *corpus* compilado, essa produção supera a de Portugal no século XXI e está relacionada principalmente ao ensino do português para estrangeiros.

Por sua vez, o cruzamento dos mesmos dados na tradição hispânica de gramatização revela que a hegemonia espanhola se estendeu ao longo de todo o processo, com surgimento de novos e discretos centros de normatização a partir do século XIX.

GRÁFICO 6 – Da relação espaço e tempo na gramatização do espanhol



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

Para a composição do Gráfico 6, foram tomadas as 118 gramáticas que apresentavam apenas um autor e cuja origem geográfica foi identificada. Conforme o gráfico, em todos os séculos, o país com maior incidência foi, de longe, a Espanha. No século XIX, foram encontradas três gramáticas provenientes de países não hispânicos e sete gramáticas produzidas na América Hispânica (22%). A maior incidência na produção de gramáticas na América Hispânica ocorre no século XXI (26%), ainda assim num percentual muito menor que o da produção na Espanha (74%). Essa informação evidencia mais uma vez o real centro normatizador da língua espanhola, bem como o maior mercado editorial de produção de gramáticas dessa língua.

Ainda no Gráfico 6, merece destaque o surgimento, a partir do século XIX, de outros países que não têm o espanhol como língua oficial, mas que atuam na publicação de gramáticas desse idioma. Quase todos os países desse grupo são fronteiriços com países hispânicos e, entre eles, destacam-se o Brasil e os Estados Unidos.

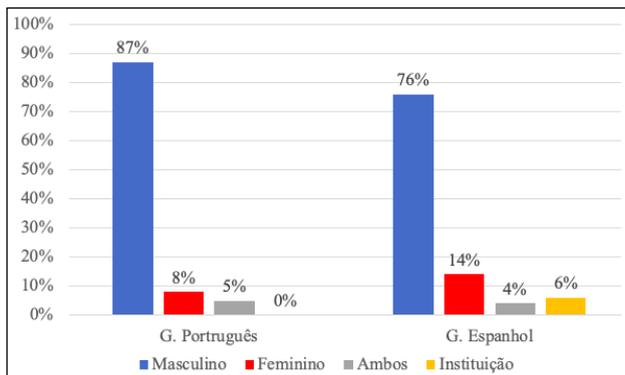
Diante dos dados é possível observar que em ambas as tradições de codificação de língua, o centro normatizador começa a se mover a partir do século XIX. Contudo, na língua portuguesa, se observa uma contribuição robusta do Brasil nesse processo desde aquele século, ao passo que, na língua espanhola, apenas se identificam participações discretas de outros países. Finalmente, a contribuição de países que não assumem o português ou o espanhol como línguas oficiais para a gramatização dessas línguas parece mais intensa na língua espanhola, presente desde o século XIX. Esse dado parece demonstrar o maior impacto desse idioma nas relações internacionais – o que promove, por exemplo, o ensino da língua para estrangeiros e, por conseguinte, a elaboração de gramáticas com essa finalidade. Esse processo parece se intensificar no português apenas mais recentemente.

3.4 O fator autoria

Ainda no tratamento de aspectos relativos à autoria, também foi controlada a incidência do fator gênero/sexo e identificada autoria com maior número de obras publicadas dentro de cada tradição de codificação.

Por se tratar de uma abordagem que envolve um recorte diacrônico relativamente extenso, no qual, por muitos séculos os homens ocuparam um lugar privilegiado de produção de conhecimento, enquanto a mulher foi mantida à margem, naturalmente o maior percentual de publicação esteve associado ao sexo masculino (GRÁFICO 7). Contudo, o cruzamento desse fator com a variável “ano de publicação” permite analisar quando se deu a inserção do público feminino nessa atividade, bem como o papel que ocupa na atualidade.

GRÁFICO 7 – Da participação do Gênero/Sexo



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

Na tradição lusófona, observa-se a expressiva participação do sexo masculino na produção de gramáticas (87%). Também compartilha com mulheres a escrita de nove gramáticas (5%) e apenas 8% das obras têm autoria exclusiva feminina. Em acréscimo, o lugar de exclusão da mulher parece não se limitar a esse percentual, pois a primeira gramática de autoria feminina encontrada aparece apenas do fim da primeira década do século XX, trata-se da obra *Grammatica portugueza pratica*, de Adelia Ennes Bandeira, publicada em 1929, no Rio de Janeiro. Ainda assim, apenas cinco gramáticas de autoria feminina foram publicadas no século XX, as sete restantes distribuem-se entre as primeiras décadas do século XXI.

Do lado hispânico, observa-se a mesma tendência, com discretas particularidades progressistas. Isto é, os homens continuam detendo maior produtividade (76%) e compartilham a autoria de 6 gramáticas com mulheres (4%). Contudo, a produtividade de gramáticas de autoria exclusivamente feminina na tradição de língua espanhola é um pouco maior, alcançando nos dados coletados 14%, sendo 6 produzidas a partir da segunda metade do século XIX e outras 13, já no século XXI. Específica às comunidades hispânicas é a forte produção de gramáticas vinculadas a intuições (6%), como a *Real Academia Española*.

Esses dados trazem à discussão uma questão importante e que retrata a exclusão do gênero feminino ainda nos dias atuais. É indiscutível que ao longo da formação escolar, a maior parte dos professores e autoridades em sala de aula são mulheres – especialmente

nas últimas décadas. Desse modo, deve-se questionar por que somente no século XXI é que essas figuras começam a se sustentar na produção de manuais linguísticos – ainda, é claro, com um percentual que aponta a permanência de certa limitação. Além disso, cabe pensar sobre a norma linguística criada até então exclusivamente por autores do gênero masculino, pois certamente a concepção de língua abordada em seus manuais estará atravessada por sua identidade social e pelo uso que fazem da linguagem – posto que, conforme têm demonstrado os estudos da Sociolinguística, a norma linguística também é regulada pelo gênero/sexo do falante (LABOV, 2006, 2008; MORENO FERNÁNDEZ, 2015; TAGLIAMONTE, 2012).

Finalmente, outras análises quantitativas resultantes de dados extratextuais controlados dizem respeito a autores com maior quantidade de obras publicadas, categoria em que se destacam, na codificação em língua portuguesa, Celso Cunha, com seis diferentes obras, e Evanildo Bechara, com quatro. Na tradição hispânica, por sua vez, esse lugar de destaque é ocupado pela *Real Academia Española* (RAE), que figura como autora de 7 das obras compiladas – o que também destacam os trabalhos de Fanjul (2011) e Araujo e Freitas (2020).

Tal resultado demonstra a forte presença da RAE enquanto entidade conhecida por nortear o “bem falar” na língua espanhola. As obras de sua autoria apresentam dispersão significativa na linha do tempo, tendo obras distribuídas desde o século XVIII – quando de sua fundação (1714) – até o presente século. Finalmente, a recorrente autoria de gramáticas atribuídas à RAE põe mais uma vez em evidência o lugar de destaque da Espanha e, mais especificamente, de Madri – cidade que sedia a instituição – no processo de normatização do castelhano.

3.5 O fator tipo de gramática

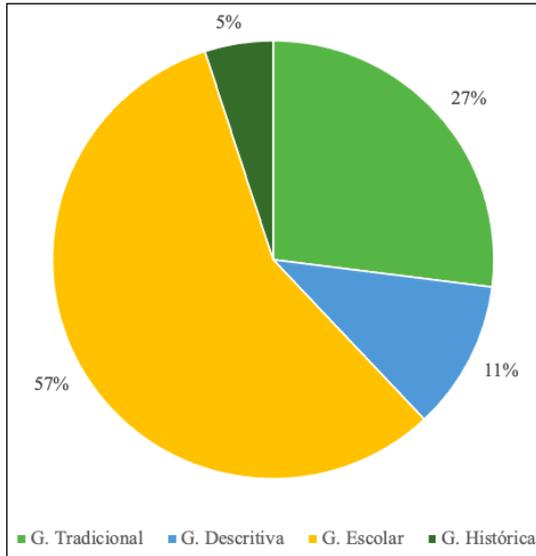
Por último, cabe refletir sobre a tipologia desses manuais, ou seja, verificar quais características, objetivos e público alvo as gramáticas das línguas portuguesa e espanhola foram assumindo ao longo do tempo. Para tanto, recuperamos o delineamento já feito em trabalhos anteriores (ARAUJO, 2020; MELAZO; ARAUJO, 2020) e apresentamos cinco principais categorias tipológicas de gramáticas a que se recorre na análise:

- i. **Gramática Tradicional:** seu objetivo concentra-se nas normas do bem falar e escrever, estipulando uma espécie de lei que regula o uso da língua. Considera “erro” qualquer uso concreto existente em variedades que fujam dos regulamentos de suas páginas (TRAVAGLIA, 2002). Segundo Vieira (2016, 2018), a gramática normativa tomará a frase como unidade máxima de análise e se valerá de um “aparato categorial conceitual e terminológico comum, fixo e estanque”.
- ii. **Gramática Descritiva:** resulta do amadurecimento da Linguística, envolve um projeto em que linguistas tentam registrar o funcionamento da língua por ela mesma, com valoração subjetiva de uma variedade sobre outra e apoiando-se em critérios teóricos e metodológicos objetivos da Linguística para proceder a sua descrição. Trata-se, portanto, de um projeto de descrição de uma norma normal, geralmente tratada como a “norma culta”. Vieira (2016, p. 45) explica que o público principal dessa gramática costuma ser “o leitor especializado: o linguista, o professor de português, o estudante de letras”.
- iii. **Gramática Histórica:** estuda a evolução dos diversos fatos da língua desde a sua origem até a época presente, ou seja, analisa a evolução histórica de uma língua. Também se pode entender como sendo aquela que estuda uma sequência de fases evolutivas de um idioma (BECHARA, 1968).
- iv. **Gramática Escolar:** especificamente destinada para o uso em sala de aula, é voltada ao ensino em um contexto de aprendizado das normas que regem a língua. Neste trabalho, foi subdividida em três tópicos: a “normativa” (que obedece aos padrões tradicionais), a “descritiva” (uma modalidade recém inserida em sala de aula, pautada pela gramática descritiva e atenta a um ensino que busca combater o preconceito linguístico) e para “estrangeiros” (que busca ensinar o idioma para os não nativos).

Quando aplicada aos dados compilados da língua portuguesa, essa tipologia revelou – como mostra o Gráfico 8 – que a Gramática Escolar parece ocupar lugar singular e norteador na produção de gramáticas nessa tradição normativa, isso porque esse tipo corresponde a mais da metade das gramáticas encontradas (57%/ 98 itens). Por sua vez, a Gramática Tradicional foi verificada em 27% dos casos (46 itens), enquanto a

Gramática Descritiva apenas foi identificada em 11% (vinte itens). Em último lugar, encontram-se as gramáticas do tipo histórico, com apenas oito itens (5%).

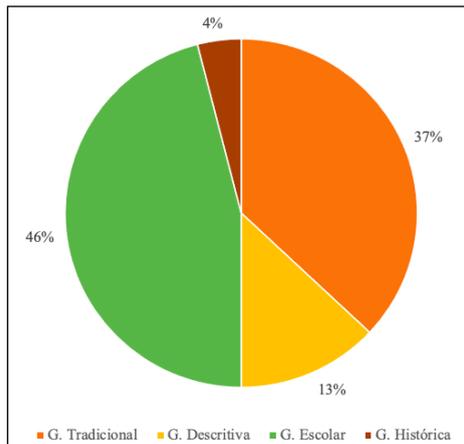
GRÁFICO 8 – Da distribuição das gramáticas de língua portuguesa em tipos



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

Quanto aos dados da língua espanhola, a aplicação da tipologia evidencia – como mostra o Gráfico 9 – que a Gramática Escolar também ocupa lugar de referência na produção de gramáticas na tradição codificadora do espanhol. Nesse caso, porém, com um quantitativo pouco menor que o da língua portuguesa, isto é, com 46% dos casos encontrados (64 itens). A Gramática Tradicional continua sendo verificada em segundo lugar, em 37% dos dados (51 itens), enquanto a Gramática Descritiva foi identificada em 13% (18 itens). Novamente em último lugar se encontram as gramáticas do tipo histórico, com apenas 5 itens (4%).

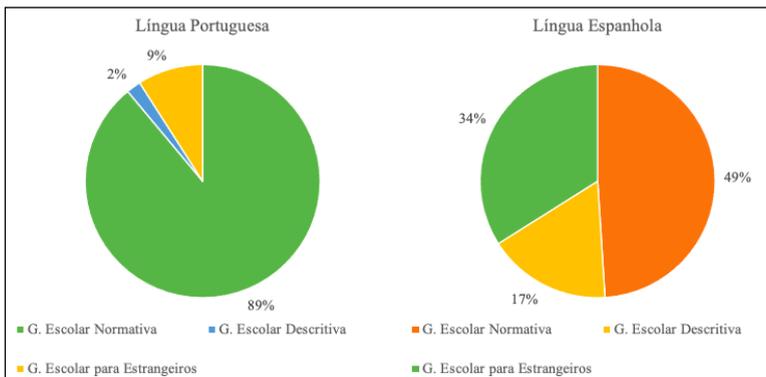
GRÁFICO 9 – Da distribuição das gramáticas de língua espanhola em tipos



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

Essas informações quantitativas colocam em evidência o caráter pedagógico que se associou à gramaticografia das línguas românicas desde seu início – como pontua Auroux (2014) – e que, como não poderia deixar de ser, parece se evidenciar também nas duas tradições observadas. É pertinente salientar que a Gramática Tradicional contribui com essa preocupação doutrinária, posto que traz entre seus objetivos um caráter pedagógico disfarçado (VIEIRA, 2018). Essa proximidade entre o tipo escolar e tradicional se torna ainda mais evidente ao se considerar uma análise subcategorizada das gramáticas escolares, sintetizada no Gráfico 10.

GRÁFICO 10 – Da subcategorização da gramática escolar em ambas as línguas



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

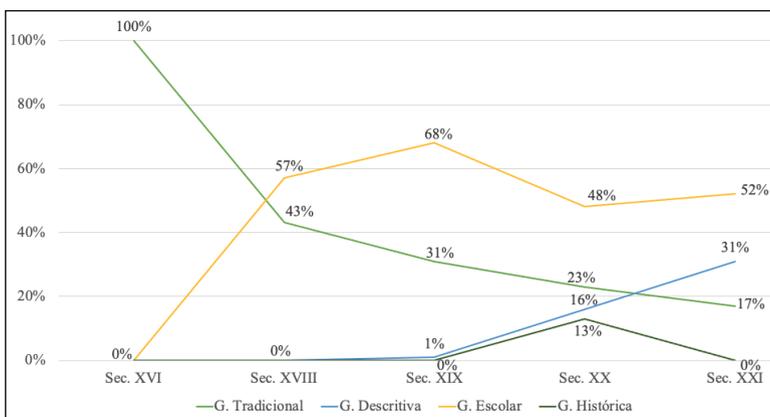
Conforme mostram os gráficos, observa-se na gramatização da língua portuguesa um expressivo favorecimento da gramática escolar com viés normativo, posto que das 98 gramáticas escolares, 87 (89%) assumem essa abordagem. Por outro lado, apenas duas gramáticas (2%) assumem um diálogo com uma abordagem descritiva – todas publicadas na última década⁵ –, o que evidencia um campo ainda carente de atenção dos estudos gramaticógrafos do português. Finalmente, 9% (sete) dos manuais escolares assumem um objetivo de ensino de português para estrangeiros, área de produção que parece estar em ascensão, haja vista que quase todos os itens encontrados começam a ser publicados no fim da década passada.

Por sua vez, a análise da gramatização na língua espanhola voltada ao ensino revela uma inserção muito mais significativa da abordagem descritiva no espaço escolar, isto é, onze das 64 gramáticas escolares compiladas assumem esse viés (17%). De todo modo, a abordagem normativa continua detendo maior parte dessa produção (49%). Entre essas duas abordagens, encontram-se as gramáticas voltadas ao ensino da língua para estrangeiros, que correspondem a 22 dos manuais coletados (34%). Esses dados indicam que, apesar do tratamento descritivo da língua espanhola se aproximar do ambiente escolar mais do que o observado na tradição da língua portuguesa, ainda há espaço para o crescimento dessa abordagem. Além disso, a maior recorrência do tipo voltado ao ensino de espanhol para estrangeiros parece evidenciar que a língua espanhola se ajustou melhor que o português à demanda por aprendizagem do idioma no mundo. Provavelmente, essa expressividade se deve ao lugar e importância mundial dada à língua espanhola – frente a outras línguas, como o português, por exemplo.

Para compreender melhor os dados suscitados nos Gráficos 8 e 9, sobre as tipologias gerais de classificação das gramáticas, é válido cruzar essas informações com o fator tempo. O resultado desse cruzamento pode ser observado nos Gráficos 11 e 12, sobre a língua portuguesa e espanhola, respectivamente.

⁵ Os únicos manuais desse tipo encontrados foram (i) a *Pequena Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho e Vanda Maria Elias, publicada em 2011, e a (ii) *Gramática de bolso do português brasileiro*, de Marcos Bagno, publicada em 2014.

GRÁFICO 11 – Da tipologia das gramáticas em relação ao tempo na língua portuguesa



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

A tradição gramatical em língua portuguesa tem como porta de entrada, no Séc. XVI, a Gramática Tradicional, arrastando-se desde então como modelo recorrente, com oscilações, até os dias atuais, quando ocupa o terceiro lugar de tipologia com maior recorrência. Por sua vez, a gramática escolar, amparada nos pressupostos teóricos da abordagem tradicional e aplicando-os ao ambiente educacional, tem sua primeira manifestação para falantes de português encontrada no início do século XVIII, na obra de Jerónimo Contador de Argote, intitulada *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da Portuguesa*, publicada em 1725, em Lisboa.

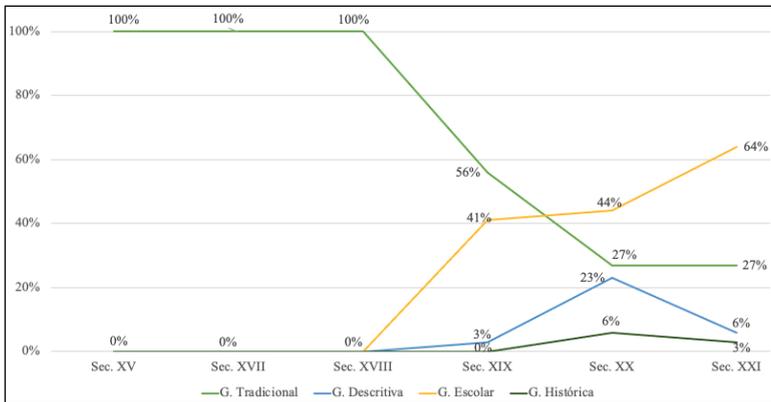
Ainda sobre o modelo escolar, é pertinente destacar como seu crescimento é acentuado no século XIX, alcançando no *corpus* compilado 42 exemplares e tornando-se, desde então, o tipo mais recorrente de gramática. Parece que é apenas no século XXI que esse tipo começa a ganhar novas dimensões, ao se encontrar novos exemplares voltados ao ensino de português como língua estrangeira e propostas inovadoras, em que se deixa a referência exclusiva da gramática normativa e se inicia o diálogo com a gramática descritiva – conforme já pontuado na discussão sobre o Gráfico 10.

Esse diálogo com a gramática descritiva resulta do amadurecimento dessa tipologia, que no *corpus* compilado encontrou seu embrião na *Grammatica descriptiva*, de Maximino Maciel, publicada em 1844, no

Rio de Janeiro. A sedimentação, contudo, da gramática descritiva ocorre no fim do século XX, com oito itens catalogados. Na sequência, observa-se um maior crescimento do tipo descritivo no século XXI, quando foram registrados 11 itens. Evidentemente, esse crescimento resulta do amadurecimento e progresso dos estudos linguísticos nas comunidades lusófonas, principalmente no Brasil, o que inclusive parece ter permitido que esse tipo se tornasse mais recorrente que o Tradicional.

Por fim, todas as gramáticas históricas compiladas datam do século XX, sendo a obra de José Joaquim Nunes (*Compêndio de gramática histórica portuguesa*), publicada em Lisboa, em 1919, a primeira encontrada.

GRÁFICO 12 – Da tipologia das gramáticas em relação ao tempo na língua espanhola



Fonte: Dados próprios desta pesquisa.

Sobre a tradição de codificação do espanhol, observou-se que teve como porta de entrada a Gramática Tradicional, ainda no século XV, quando Antonio de Nebrija publica, em 1492, a *Gramática de la Lengua Castellana*. Este modelo permaneceu exclusivo até o século XIX e, a partir de então, se opôs ao modelo escolar, tornando-se o segundo tipo mais recorrente até os dias atuais.

Como bem mostra o Gráfico 12, o modelo escolar tem sua produção intensificada a partir do século XIX (41%) e se torna o modelo mais recorrente do século XX (44%) em diante (64% atualmente). A primeira gramática escolar de língua espanhola compilada no *corpus* foi o *Epítome de gramática castellana*, de Don Vicente Arcenegui,

publicado na Espanha, em 1835. Também sobre esse modelo, salienta-se que foi possível identificar a produção de gramáticas voltadas ao ensino de espanhol para estrangeiros ainda na primeira metade do século XIX – quando se publica, em 1848, a *Grammatica hespanhola para uso dos portuguezes*, de José Maria Borges da Costa Peixoto. Quanto à gramática escolar de viés descritivo, observa-se sua intensificação próxima da segunda metade do século XX.

O tipo descritivo encontra seu precursor na língua espanhola em Andrés Bello, que publica, em 1847, a *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*, mas desenvolve-se fortemente a partir do início do século XX, alcançando 23% da produção (15 itens). Possivelmente, é esse avanço da gramática descritiva no início do século passado que contribuiu para a aproximação substancial desse tipo ao ambiente escolar já naquele século – o que, na tradição lusófona, só se vai vislumbrar muito timidamente no século XXI. Como exemplo dessa aproximação do tipo descritivo ao ambiente escolar, pode-se citar a contribuição de Amado Alonso e Pedro Henríquez Ureña, através da *Gramática Castellana*, publicada em 1938.

A comparação dos tipos Tradicional e Descritivo na tradição hispânica mostra uma aproximação entre esses dois modelos no século XX – com 27% e 23% dos casos encontrados, respectivamente –, voltando a se distanciar no presente século, quando Gramática descritiva ainda apresenta uma recorrência reduzida (6%) frente a estabilidade da Gramática Tradicional (27%). Caberia uma investigação mais atenta desse fenômeno a fim de analisar se esse movimento é resultante do processo de coleta de dados ou se é uma tendência efetiva dessa tradição normativa.

Finalmente, as gramáticas históricas compiladas distribuem-se entre o século XX e o presente século, tendo seu primeiro exemplar encontrado no importante trabalho de Ramón Menéndez Pidal, *Manual de Gramática Histórica Española*, publicado em 1904.

4 Considerações finais

Ao normatizar a língua, a Gramática apresenta-se como meio indireto de entender a sociedade, seu funcionamento, suas expectativas e seu modo de lidar com a linguagem. Mais diretamente, a gramática pode ainda revelar o processo histórico de formação da língua ao longo

dos séculos. Nessa direção, o desenvolvimento do presente estudo permitiu mapear, catalogar, analisar e cotejar, através de características textuais e extratextuais, o comportamento da gramaticografia das línguas portuguesa e espanhola, visando traçar suas características ao longo do tempo e sua relação com a sociedade. Desse modo, o compilado dos dados constituiu mais um passo para o estudo da norma linguística e de seu registro.

Como pontuado, ambas as tradições de codificação trazem compatibilidades históricas que resultaram em um processo de normalização linguística em que muitas características convergem, ao passo que outras divergem. Convergem, por exemplo, na intensificação desse processo a partir do século XIX, marcando um movimento de constante crescimento.

Outro exemplo relaciona-se às informações sobre a localidade, que demonstraram que, mesmo se tratando de línguas faladas em muitos países, a principal origem normatizadora centra-se em uma ou duas destas nações. Divergentemente, observou-se, na língua portuguesa, Portugal perdendo espaço para o Brasil ao longo do tempo enquanto, no castelhano, Espanha manteve-se sempre à frente desse processo, mesmo recebendo discretas contribuições de outros países mais recentemente. Consequentemente, essas duas tradições convergem ao se observar a carência e necessidade de incluir variedades mais periféricas aos principais centros normativos.

Outro fator convergente é a participação expressiva do gênero/sexo masculino no processo de codificação nestas duas comunidades linguísticas, marcando a presença da participação de mulheres, ainda discreta, praticamente apenas a partir do século XX. Quanto à tipologia, novamente as comunidades convergem ao dar início ao processo de gramatização por meio da gramática tradicional e tornar a gramática escolar mais produtiva com o passar dos séculos. Divergentemente, observou-se que na tradição hispânica a produção de Gramáticas Descritivas iniciou-se mais cedo e trouxe maiores contribuições desse modelo para a gramática escolar.

Por fim, este estudo vem como um ponto de partida para o entendimento da gramaticografia do português e do espanhol e seu desenvolvimento através dos séculos, abrindo-se ainda à possibilidade de estudos mais aprofundados que possam vir a complementar o *corpus* compilado ou até mesmo a caracterização do material aqui presente.

Referências

- AMORÓS NEGRE, C. *Norma y estandarización*. Salamanca: Luso-Española de Ediciones, 2008.
- ANTUNES, I. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.
- ARAUJO, L. S. Por uma descrição da tipologia da gramática em línguas românicas. *Revista X*, Curitiba, v. 15, n. 7, p. 232-271, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v15i7.74662>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/74662>. Acesso em: 1 jul. 2021.
- ARAUJO, L. S.; FREITAS, F. S. A norma linguística e as gramáticas da RAE: um estudo contrastivo. *Web Revista Sociodialeto*, [S.l.], v. 11, n. 31, p. 118-142, 2020. DOI: <https://doi.org/10.48211/sociodialeto.v11i33.334>. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/289>. Acesso em: 1 jul. 2021.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 3. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- BECHARA, E. *Curso moderno de português*. 2. ed. São Paulo. Companhia Nacional, 1968.
- CALERO VAQUERA, M. L. Inicios y desarrollo de la gramática escolar en la tradición hispánica (siglo XIX). *Revista Philologica Romanica*, [S.l.], v. 15-16, p. 103-119, 2016. Disponível em: <http://www.romaniaminor.org/ianua/ianua15-16/05.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2021.
- FANJUL, A. Policêntrico e pan-hispânico: deslocamentos na vida política da língua espanhola. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola editorial, 2011. p. 299-332.
- HAUGEN, E. Planning for a Standard Language in Modern Norway. *Anthropological Linguistics*, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 8- 21, 1959.
- LABOV, W. *Princípios del cambio lingüístico: factores sociales*. Trad. Pedro Martín Butragueño. Madrid: Gredos, 2006. 2 v.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2008.

LAGARES, X. C. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

MELAZO, M. R.; ARAUJO, L. S. Uma introdução à história da gramática em língua portuguesa. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, p. 119-135, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47456/cl.v14i29.32072>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/32072>. Acesso em: 1 jul. 2021.

MONTEAGUDO, H. Aspectos da teoria da língua estándar do Círculo Lingüístico de Praga e os seus continuadores. *Revista Grial 122*, [S.l.], v. 22, p.141-155, 1994.

MORENO FERNÁNDEZ, F. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. 4. ed. Barcelona: Ariel, 2015.

TAGLIAMONTE, S. A. *Variationist Sociolinguistics: Change, Observation, Interpretation*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, F. E. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas?. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (org.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 19-69.

VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VOLPE, A. S. Séc. XVII: Gramáticas de Amaro de Roboredo e de Port-Royal. *Verbum*, Campinas, n. 9, p. 69-78, 2016.